



SIMULADO FINAL

TRT RS

Técnico Judiciário
Área Administrativa

Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TRT RS – Técnico Judiciário – Área Administrativa – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT RS;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-RS-Técnico-Área-Administrativo-03-07>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Suellen Borges

Tadinho de mim

Numa dessas puxadas de tapete em que Deus parece Se comprazer, bem quando eu estava começando a curtir meu papel de avô – que consiste em mimar e estragar os filhos daqueles que a duras penas educamos quando eram crianças – eis que me vejo com duas crianças em casa a educar, exercendo o surrado papel de figura paterna. De novo. Sim, sim, Deus zoa. O homem põe e Deus dispõe, diz o ditado. Ou, melhor ainda, nas sábias palavras do bardo de Liverpool, “‘vida’ é aquilo que acontece conosco enquanto estamos distraídos planejando outra coisa”. Enfim.

Com crianças vêm manha, bicos quilométricos e aquela total falta de bom senso, somada a uma aparentemente infinita capacidade de fazer besteira, quebrar coisas, machucar-se e tocar terror de modo geral. E vejo-me assim de volta aos truques que funcionaram décadas atrás, no adestramento dos meus. Sempre que uma criança me vem fazendo bico por conta de alguma violação percebida de uma certa equidade cuja expectativa irreal aparentemente nos vem de fábrica, digo a mesma coisa: “você não é um coitadinho”. Vendo-me na posição de educar membros de uma geração que mal que bem é a dos meus netos, não dos meus filhos, acabo sendo forçado a perceber mais e de maneira diferente o que já seria parte do meu ganha-pão: os fenômenos sociais. O “jeitão” de cada tempo, o “espírito dos tempos”, que os alemães chamam de “Zeitgeist”. Este, por sua vez, resulta numa visão de mundo compartilhada por uma geração, que os alemães (sempre eles!) chamam de “Weltanschauung” – nem tento pronunciar.

Pois estamos numa era cujo espírito poderia ser chamado “coitadismo”. E ele a tudo penetra, mesmo sem tê-lo em casa – pois vê lá se eu sou abilolado ao ponto de dar palquinho pro teatro de fantoches do capeta que Sérgio Porto sagazmente batizou de “máquina de fazer doido”. Todo mundo hoje quer ser vítima, todo mundo quer ser coitadinho. Ter tirado uma péssima mão no jogo de cartas da vida hoje em dia conta ponto. E não é nem necessariamente em busca de alguma suposta compensação; fosse o caso, seria simples malandragem. (...)

Carlos Ramallete

Fonte: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/carlos-ramallete/tadinho-de-mim/>> (ADAPTADO) Acesso em jun/2021

01. Do primeiro parágrafo do texto, depreende-se que o autor

- a) demonstra indignação com o fato de Deus lhe ter puxado o tapete ao lhe dar netos indisciplinados.
- b) “estraga os netos” propositalmente, dado que intenciona desfazer aquilo a que Deus se propõe fazer.
- c) lança mão de importante recurso argumentativo cujo intento é criticar o próprio posicionamento em relação à figura paterna.
- d) apela a informações extratextuais para endossar o que entende como “zoação do divino” ao fato de agora ser avô e desfazer tudo o que fez quando pai.
- e) mostra-se arrependido e culpa a Deus por não ter aproveitado o tempo com os próprios filhos de maneira adequada no passado.

02. Ao colocar a palavra “Enfim” no término do parágrafo, o autor

- a) revela alívio ao descobrir que se tornar avô é melhor do que ter sido pai.
- b) demonstra exaustão ao constatar que a vida é cíclica e repetitiva.
- c) estabelece um contraponto infeliz com a sua versão como pai.
- d) fecha a hipótese de que ele se encontra numa versão questionável atualmente.
- e) conclui o raciocínio apresentado ao longo de todo o trecho.

03. No segundo parágrafo do texto, observa-se

- a) a presença de uma fala indignada com relação à geração atual, que tem dado mais trabalho aos pais do que a anterior.
- b) que o autor emprega com os netos mecanismos aos quais abominara quando fora pai, a fim de obter êxito na interação atual com as crianças desta geração.
- c) crítica ao comportamento da geração atual, que se vê como “coitada”.
- d) menção ao “Zeitgeist” como um período histórico vivido pelos alemães em determinada Era.
- e) reflexão sobre os fenômenos sociais atuais, a partir dos quais a nova geração está se formando, tornando-se incapaz de resolver os próprios dilemas.

04. O segmento “nem tento pronunciar” (2º parágrafo) alude

- a) à indignação do autor com a extensão do vocábulo apresentado anteriormente.
- b) à provável dificuldade de o autor pronunciar a palavra em alemão, já que se trata de um termo desconhecido.
- c) ao estranhamento do autor perante a ortografia da palavra alemã, cujo sentido lhe é distante.
- d) à provável dificuldade do autor com relação à prolação do termo em alemão.
- e) ao cansaço do autor em tentar falar uma palavra de idioma diferente.

05. Considerando-se o contexto apresentado no 3º parágrafo, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) “E ele a tudo penetra” (2º período) = E o espírito subjaz a todas as coisas
- b) “pois vê lá se eu sou abilolado” (2º período) = não sou assim lesado
- c) “ao ponto de dar palquinho” (2º período) = para eliminar a popularidade
- d) “todo mundo quer ser coitadinho” (3º período) = muitos escondem suas glórias
- e) “hoje em dia conta ponto” (4º período) = atualmente pode ser considerado revés

06. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto, EXCETO:

- a) A geração atual têm se comportado de maneira questionável.
- b) Crianças de hoje não aceitam que as próprias expectativas se podem frustrar.
- c) De tempos em tempos o homem se vê perturbado com as teses defendidas por ele outrora.
- d) O espírito do tempo pode sofrer inflexões regularmente.
- e) As mídias têm grande participação no atual estado de coisas.

07. Acerca do título do texto, pode-se afirmar que

- a) se harmoniza com a arguição desenvolvida nos parágrafos, mas peca por não explicar o porquê de o autor se sentir um coitado.
- b) o sufixo “-inho” sugere a pequenez do autor diante de situações que lhe tiram do sério.
- c) o autor fala exclusivamente de si mesmo.
- d) “mim” é empregado pelo autor para estabelecer um contraponto com outras pessoas.
- e) ocorre sutil ironia da parte do autor com relação ao tema abordado no texto.

Atenção: Para responder às questões de números 8 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Os mistérios da riqueza social

A riqueza social de um país pode ser definida como a condição em que toda a população desfruta de uma vida digna, entendendo como tal que todas as camadas sociais, inclusive as que estejam nas faixas mais baixas de renda, estejam atendidas em alimentação, moradia, saneamento, saúde, educação, lazer e cultura. Entre os 193 países reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), há 35 considerados desenvolvidos, ainda que em vários deles haja significativos contingentes populacionais classificados como pobres. Desde que o filósofo e economista Adam Smith publicou sua obra magna A Riqueza das Nações – tida como a origem da teoria macroeconomia (estudo da economia nacional como um todo baseado no funcionamento dos agregados macroeconômicos, como produto, emprego, renda, consumo, investimento, comércio exterior, impostos, padrão de vida etc.) –, a questão mais importante é descobrir quais fatores determinam o crescimento econômico e o desenvolvimento social, e quais impedem a nação de atingir padrões de riqueza e bem-estar social já obtido por outras.

O economista David Landes, professor da Universidade de Harvard falecido em 2013, dedicou parte de sua carreira a estudar a história econômica das nações e, em 1998, ofereceu ao mundo o robusto livro intitulado A Riqueza e a Pobreza das Nações, anunciando na capa que a obra trata de entender por que algumas nações são tão ricas e outras são tão pobres. Nesta metade do segundo ano da segunda década do século 21, a evolução do conhecimento científico e o expressivo desenvolvimento tecnológico atingiram grau tão elevado que justificam uma indagação essencial: por quais razões mesmo nações ricas de recursos naturais não conseguem atingir o desenvolvimento e ainda mantêm grandes parcelas de sua população em condições de pobreza?

Essas questões são pertinentes e totalmente cabíveis em relação ao Brasil, pois este é um país cujas características naturais, geográficas e econômicas permitem a intrigante questão sobre as razões de não ter conseguido se desenvolver e eliminar a miséria e a pobreza. Ou seja, a pobreza brasileira não pode ser debitada na escassez de recursos naturais, pelo contrário: a dimensão territorial, as terras férteis e a enorme lista de recursos naturais abundantes são mais que favoráveis à construção de uma nação rica, sem miséria e sem

pobreza. Se dos 193 países registrados na ONU apenas 35 são classificados como desenvolvidos e 158 não conseguiram

atingir essa condição, ou é efetivamente muito difícil definir com precisão quais fatores conduzem ao desenvolvimento ou, mesmo conhecendo tais fatores, os povos dessas 158 nações falharam rotundamente quanto à capacidade de construir a riqueza social.

Embora haja muitas discussões e polêmicas sobre esse tema – portanto, dificuldade em concordância a respeito –, sabe-se que há alguns fatores que são necessários, ainda que não suficientes, para promover o crescimento econômico e o bem-estar social de todos seus habitantes. Liberdade econômica, liberdades individuais, corpo de leis claras e estáveis, estabilidade monetária (ausência de inflação), boa gestão das contas públicas, austeridade da administração do estoque de moeda circulante, sistema judicial ágil e eficaz, educação de qualidade para todos, investimento em pesquisa e desenvolvimento, abertura ao exterior, rapidez na incorporação das tecnologias modernas e um sistema estatal minimamente enxuto e eficiente são condições sem as quais o desenvolvimento torna-se difícil.

Se esse conjunto é aceito como necessário para promover o crescimento econômico, o desenvolvimento social, a eliminação da pobreza e a realização pessoal dos habitantes do país, então não é preciso adicionar outros componentes importantes do sucesso para saber por quais razões o Brasil, rico em recursos naturais, chafurda há tempo nos indicadores de pobreza e miséria inaceitáveis. A missão do Brasil, seja quem for o governante, deveria ser colocar o país na rota do desenvolvimento, mesmo sabendo que o objetivo pode não ser atingido em menos de três ou quatro décadas. O problema é que, uma vez montadas estruturas disformes, caras, ineficientes e corruptas, amparadas por um corpo de leis de má qualidade e um elenco enorme de privilégios e benefícios para corporações públicas e privadas que se apropriam da riqueza construída pela nação, o país não dá nem os primeiros passos na estrada que leva ao bem-estar social de padrão desenvolvido para todos os seus habitantes.

Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/editoriais/os-misterios-da-riqueza-social/> (ADAPTADO)

Acesso em jun/2022

08. Em consonância com o apresentado no primeiro parágrafo do texto, pode-se afirmar que

- a) há países desenvolvidos no mundo, mas mesmo entre esse grupo se verificam camadas populacionais pobres.
- b) alimentação, moradia, saneamento, saúde, educação, lazer e cultura são necessidades não atendidas entre as populações mais pobres do mundo.
- c) produto, emprego, renda, consumo, investimento, comércio são alguns dos critérios estabelecidos como imprescindíveis aos países ricos.
- d) riqueza social é o pleno atendimento às condições humanas de alimentação, moradia, educação, saneamento, investimento, saúde, emprego, renda, comércio, padrão de vida etc.
- e) crescimento econômico e desenvolvimento social impedem a nação de atingir níveis de bem-estar significativos.

09. No primeiro período do segundo parágrafo, o trecho “professor da Universidade de Harvard falecido em 2013” comporta-se sintaticamente como

- a) vocativo
- b) aposto
- c) adjunto adnominal do nome “David Landes”
- d) adjunto adverbial de “dedicou”
- e) oração reduzida

10. O trecho “pois este é um país cujas características naturais, geográficas e econômicas permitem a intrigante questão sobre as razões de não ter conseguido se desenvolver e eliminar a miséria e a pobreza”, no terceiro parágrafo, pode ser reescrito da seguinte forma, preservando-se a correção gramatical e o sentido original do segmento:

- a) O Brasil é um país que nos faz indagar as razões de ele não ser uma nação rica, já que tem características naturais, geográficas e econômicas importantes.
- b) Este país tem características importantes, as quais podem ser observadas na natureza, na geografia e na economia. Portanto, não há razão alguma para esta ser uma nação pobre.
- c) Natureza, economia e geografia são aspectos que elevam o Brasil à condição de país rico, em que pese o fato de ele não o ser.
- d) As características naturais, geográficas e econômicas do Brasil vem possibilitando a indagação sobre as razões de ele não ter eliminado a miséria de seu território.
- e) Miséria e pobreza não combinam com as riquezas naturais do Brasil, cuja nação se destaca justamente pelas características naturais, geográficas e econômicas.

11. Do trecho “os povos dessas 158 nações falharam rotundamente quanto à capacidade de construir a riqueza social” e das conexões por ele estabelecidas com outros segmentos do texto, pode-se inferir que

- a) há nações ricas e pobres e só algumas têm riquezas naturais como o Brasil.
- b) há muitos fatores ligados à noção de riqueza social de um país, mas aspectos econômicos são os principais.
- c) 158 nações foram incapazes de construir riqueza social por serem economicamente inferiores.
- d) é incontestável o fato de que muitas nações não conseguiram construir riqueza social, mas não se podem definir precisamente as motivações que levaram a isso.
- e) riqueza social está intimamente ligada a aspectos macroeconômicos e ambientais.

12. Há pleno atendimento às normas de concordância e adequada ortografia na frase:

- a) Não se pode questionar que hajam polêmicas em torno do desenvolvimento social e econômico de uma nação.
- b) O crescimento econômico e o bem estar da população de um país envolve diversos tipos de liberdade, as quais merece ser consideradas.
- c) Legislação é tópico escruciante quando se trata de desenvolvimento econômico de uma nação.
- d) O sistema judiciário diligente é um dos fatores capazes de estimular o desenvolvimento de uma nação.
- e) Avanço tecnológico é condição capital para que o desenvolvimento de um território aconteçam.

13. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) Há muitas variáveis importantes a serem consideradas quando se tratam de indicadores econômicos.
- b) A economia brasileira é movimentada por diversos fatores, dentre os quais o desenvolvimento social.
- c) O país está submerso em baixíssimos indicadores, aos quais, nas atuais circunstâncias que se deflagram, são tidos como inaceitáveis.
- d) A legislação brasileira favorece a impunidade.
- e) As leis brasileiras têm aspectos frágeis e questionáveis.

14. De acordo com o último parágrafo do texto,

- a) o país possui grandes riquezas, mas complexos e profundos problemas estruturais, os quais farão com que a nação leve anos para atingir patamares robustos de desenvolvimento.
- b) a obrigação do governante brasileiro leva em conta a responsabilidade de aniquilar todas as formas de ineficiência e corrupção que assolam o país.
- c) o Brasil ainda não deu os primeiros passos rumo ao bem-estar social porque seus recursos naturais não são bem distribuídos, ainda que vastos.
- d) em três ou quatro décadas o país vai começar a alavancar, dando sinais de alguma recuperação econômica e social significativa.
- e) há um paradoxo entre as riquezas naturais brasileiras e os baixos indicadores de desenvolvimento, razão pela qual o país ainda não é considerado de primeiro mundo, mas de terceiro.

15. Atente para as seguintes orações:

- I) Convém colocar o país no rumo do progresso material.
- II) O país alcançará níveis de destaque internacional se o foco no progresso for prioridade.

Essas orações articulam-se de modo gramaticalmente correto e coerente neste período único:

- a) Convém colocar o país no rumo do progresso material, tendo em vista que o país alcançará níveis de destaque internacional quando o foco no progresso do país for prioridade.
- b) O país alcançará níveis de destaque internacional, porque convém colocá-lo no rumo do progresso material, já que o foco no progresso é prioridade.
- c) Convém colocar o país no rumo do progresso material, pois ele alcançará níveis de destaque internacional, caso o foco nesse progresso seja prioridade.
- d) O país alcançará níveis de destaque internacional quando for colocado no rumo do progresso material, embora o progresso seja prioridade.
- e) Convém colocar o país no rumo do progresso material, dado que esse foco seja prioridade, ele alcançará níveis de destaque internacional.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

16. Sistemáticamente, Sílvio Sande e CH vão a um mesmo restaurante: Sílvio Sande a cada 15 dias e CH a cada 18 dias. Se em 10 de outubro de 2024 ambos estiveram em tal restaurante, outro provável encontro dos dois nesse restaurante ocorrerá em:

- a) 10 de janeiro de 2025
- b) 9 de janeiro de 2025
- c) 8 de janeiro de 2025
- d) 10 de dezembro de 2024
- e) 9 de dezembro de 2024

17. Poliana pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava adiantado 5 minutos. Fátima pensou que seu relógio estava atrasado 10 minutos e o acertou, mas na verdade, estava atrasado 5 minutos. Logo depois, as duas se encontraram e o relógio de Poliana marcava 10 horas. Neste momento, que horas marcava no relógio de Fátima?

- a) 9:35
- b) 9:45
- c) 9:55
- d) 9:50
- e) 10:05

18. Manuel, ao jogar um jogo de baralho, observou que, independentemente do valor das cartas, uma carta preta equivale a 5 cartas verdes, uma verde equivale a duas azuis, uma azul equivale a 2 vermelhas e uma vermelha a 5 brancas. Dessa forma, 8 cartas verdes são equivalentes a

- a) 1 preta, 5 azuis e 2 vermelhas.
- b) 1 preta, 5 azuis e 5 brancas.
- c) 1 preta, 5 azuis e 15 brancas.
- d) 10 azuis, 10 vermelhas e 5 brancas.
- e) 10 azuis, 15 vermelhas e 10 brancas.

19. Num certo ano, o primeiro dia caiu numa terça-feira e o último dia caiu numa quarta-feira. Neste ano, o dia do trabalho, ou seja, primeiro de maio caiu em um(a):

- a) quarta-feira
- b) quinta-feira
- c) sexta-feira
- d) sábado
- e) domingo

Baseado no texto abaixo, resolva as questões 20 e 21

O Estratégia Concursos promoveu uma reunião entre os professores. Em um certo intervalo, 20% das mulheres deixaram a sala de reunião e o número de professoras ficou igual a $\frac{3}{5}$ do número de professores homens. Se, com a saída das mulheres, o grupo passou a ser de 320 pessoas, julgue os itens seguintes:

20. Depois da saída das mulheres, qual é nova porcentagem de homens?

- a) 62,5%
- b) 84%
- c) 60%
- d) 64,5%
- e) 37,5%

21. Qual é a quantidade original de pessoas na reunião?

- a) 340
- b) 380
- c) 370
- d) 360
- e) 350

22. Se minha casa não é azul, então o meu gato mia. Se minha casa é azul, então João não é feliz. Ora, João é feliz. Logo:

- a) a minha casa é azul e o meu gato não mia
- b) a minha casa não é azul e o meu gato mia
- c) a minha casa é azul e o meu gato mia
- d) a minha casa não é azul e o meu gato não mia
- e) se João é feliz, então o meu gato não mia

LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

23. De acordo com o Regimento Interno do TRT da 4ª Região, NÃO é órgão do TRT RS.

- a) a Corregedoria.
- b) a Seção Especializada em Dissídio Coletivo - SDC.
- c) o Órgão Especial do TRT.
- d) as Seções Especializadas em Dissídios Coletivos - SDIs.
- e) as Câmaras Regionais.

24. De acordo com o Regimento Interno, a posse para os cargos de direção do Tribunal ocorrerá:

- a) primeira sexta-feira útil de dezembro dos anos ímpares.
- b) primeira sexta-feira útil do mês de outubro dos anos ímpares.
- c) primeira sexta-feira útil do mês de outubro dos anos pares.
- d) primeira sexta-feira útil do mês de novembro dos anos ímpares.
- e) primeira sexta-feira útil do mês de novembro dos anos pares.

25. Não constitui cargo de Direção do TRT da 4ª Região.

- a) o Presidente.
- b) o Corregedor Regional.
- c) o Vice-Corregedor Regional.
- d) o Diretor da Escola Judicial.
- e) o Vice-Presidente.

26. De acordo com o Regimento Interno do TRT da 4ª Região (RS), o Órgão Especial do Tribunal é composto por:

- a) 18 Desembargadores.
- b) 16 Desembargadores.
- c) 20 Desembargadores.
- d) 25 Desembargadores.
- e) 11 Desembargadores.

27. Conforme previsto no Regimento Interno do TRT da 4ª Região, a 1ª Seção Especializada em Dissídios Individuais é composta por:

- a) 11 Desembargadores.
- b) 17 Desembargadores.
- c) 10 Desembargadores.
- d) 08 Desembargadores.
- e) até 04 Desembargadores.

28. De acordo com a Lei 8.112/90, a ação disciplinar prescreverá:

- a) em 4 (quatro) anos, quanto às infrações puníveis com demissão.
- b) em 2 (dois) anos, quanto à suspensão.
- c) em 160 (cento e sessenta) dias, quanto à advertência.
- d) em 3 (três) anos, quanto às infrações puníveis cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
- e) em 90 (noventa) dias, quanto à suspensão.

29. A Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, estabelece que a

- a) investidura em cargo público ocorre com a nomeação.
- b) ascensão é forma de provimento de cargo público.
- c) posse ocorrerá nos casos de nomeação, promoção e reintegração.
- d) recondução é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- e) reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado.

30. Adriana, servidora pública federal, deverá ter exercício em outro Município em razão de ter sido removida. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o prazo para Adriana retomar efetivamente o desempenho das atribuições de seu cargo, considerando que não pretende declinar de tal prazo, e que não está de licença ou gozando de afastamento será, contado da publicação do ato, de, no mínimo,

- a) dez e, no máximo, trinta dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- b) cinco e, no máximo, sessenta dias, excluído desse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- c) cinco e, no máximo, trinta dias, excluído desse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- d) dez e, no máximo, sessenta dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- e) dez e, no máximo, noventa dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

31. No processo administrativo, a divisão do trabalho e a atribuição de responsabilidades são tarefas tipicamente relacionadas à função:

- a) planejamento
- b) organização
- c) direção
- d) controle
- e) distribuição

32. De acordo com o Referencial Básico de Governança do TCU, a governança de órgãos e entidades da administração pública envolve três funções básicas, são elas:

- a) planejar, organizar e dirigir.
- b) avaliar, direcionar e monitorar.
- c) planejar, executar e avaliar.
- d) motivar, treinar e gerenciar.
- e) organizar, dirigir e controlar.

33. De acordo com o Banco Mundial, são princípios da boa governança, EXCETO:

- a) responsabilidade
- b) legitimidade
- c) sigilo
- d) equidade
- e) transparência

34. O ciclo PDCA é uma ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas. Nesse ciclo, o estabelecimento de objetivos e planos para alcançá-los ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

35. O trabalho em equipe só terá expressão real e verdadeira se e quando os membros do grupo desenvolverem sua competência interpessoal. Segundo C. Argyris (1968) competência interpessoal é a habilidade de lidar eficazmente com relações interpessoais de acordo com três critérios: percepção acurada da situação interpessoal, de suas variáveis relevantes e respectiva interrelação; habilidade de resolver realmente os problemas interpessoais, de tal modo que não haja regressões; e solução alcançada de tal forma que as pessoas envolvidas continuem trabalhando juntas tão eficientemente, como quando começaram a resolver os problemas.

Nesse sentido, uma organização que deseja desenvolver uma visão inovadora e dinâmica da sua missão, valoriza em seus colaboradores, sobretudo, a competência interpessoal orientada para:

- a) o planejamento e alocação de recursos tecnológicos em áreas adequadas ao cumprimento das metas organizacionais.
- b) a interpretação individual de informações necessárias ao desenvolvimento das atividades da organização.
- c) a compreensão dos sistemas tecnológicos fundamentais para o desenvolvimento da organização.
- d) o trabalho em equipe e compartilhamento de novos conhecimentos e habilidades.
- e) a aplicação de novas tecnologias, ferramentas e equipamentos em seus processos.

36. Considerando o conceito de transparência na Administração Pública, assinale V para Verdadeiro e F para falso.

- () Transparência pode ser definida como a característica de não se ocultar nada, ou seja, a qualidade de transmitir a verdade sem a adulterar.
- () Transparência relaciona-se à ação de tornar pública determinada informação. No Estado, efetiva-se por meio do acesso do cidadão à informação governamental, o que torna mais democráticas as relações entre o Estado e sociedade civil.
- () A transparência envolve a prestação de contas e a disponibilização de todos os atos e decisões públicas à sociedade, com o fim de permitir o controle social.

Assinale a alternativa que representa a sequência correta:

- a) V, V, V.
- b) V, V, F.
- c) V, F, V.
- d) F, V, V.
- e) F, F, F.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

37. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.

- a) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no segundo caso, o trânsito em julgado.
- b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário prévia indenização.
- c) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, o registro civil de nascimento e a certidão de casamento.
- d) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cuius".
- e) Em situações excepcionais devidamente justificadas pela relevância e urgência, a lei poderá limitar a apreciação do Poder Judiciário no que tange à lesão ou ameaça a direito.

38. Acerca dos direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988, marque o item correto.

- a) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de sessenta e cinco anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- b) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.
- c) As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares sobre questões locais ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- e) A idade mínima exigida para se candidatar ao cargo de Governador é de trinta e cinco anos.

39. Segundo a Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre:

- a) trânsito e transporte.
- b) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- c) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- d) procedimentos em matéria processual.
- e) proteção à infância e à juventude.

40. Donatello, Rafael, Michelangelo e Leonardo pretendem integrar o Tribunal Superior do Trabalho. Donatello possui trinta e quatro anos, é advogado e tem onze anos de atividade profissional; Rafael possui cinquenta e cinco anos e é Desembargador de Tribunal Regional do Trabalho; Michelangelo possui quarenta anos e é Juiz do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício; Leonardo possui trinta e oito anos e é membro do Ministério Público do Trabalho com 5 anos de efetivo exercício. Com base na situação hipotética, preenchido os demais requisitos constitucionais, pode(m) ser nomeado(s) para integrar o Tribunal Superior do Trabalho:

- a) Donatello, Michelangelo e Leonardo, apenas.
- b) Rafael, apenas.
- c) Michelangelo e Rafael, apenas.
- d) Donatello, Rafael e Leonardo, apenas.
- e) Michelangelo, apenas.

41. São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) prevalência dos direitos humanos e garantia do desenvolvimento nacional.
- b) defesa da paz e pluralismo político.
- c) erradicação da pobreza e da marginalização e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) construção de uma sociedade livre, justa e solidária e redução das desigualdades sociais e regionais.

42. No que tange à nacionalidade, analise os itens abaixo:

I. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

II. São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, em razão do critério jus solis.

III. Aos originários de países de língua portuguesa com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

43. O reclamante Zeus ajuizou reclamação trabalhista formulando os pedidos de adicional de insalubridade e indenização por danos materiais. A sentença lhe foi favorável apenas em relação ao pedido de indenização por danos materiais, razão pela qual resolveu recorrer, devendo assim interpor

- a) recurso ordinário no prazo de 5 dias.
- b) agravo de instrumento no prazo de 8 dias.
- c) agravo de petição no prazo de 10 dias.
- d) recurso ordinário no prazo de 8 dias.
- e) apelação da sentença no prazo de 15 dias.

44. A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta um rol dos recursos admitidos no Processo Judiciário do Trabalho, dentre os quais estão incluídos

- a) embargos no Tribunal Superior do Trabalho de decisão não unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- b) agravos de instrumento retidos para decisões interlocutórias que possam gerar nulidade processual.
- c) embargos infringentes para turma recursal de primeira instância nas ações que tramitam pelo rito sumário.
- d) apelações contra acórdão do Tribunal Regional onde não houve unanimidade na Turma.
- e) recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça em caso de ofensa literal à Constituição Federal.

45. Conforme as regras aplicáveis à execução no direito processual do trabalho e jurisprudência sumulada do TST, é INCORRETO afirmar:

- a) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecado, salvo se indicado pelo juízo deprecante o bem constrito ou se já devolvida a carta (art. 676, parágrafo único, do CPC de 2015).
- b) Compete à Justiça do Trabalho a execução dos termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia e, ex officio, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo judicial.
- c) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 dias para apresentar embargos; sendo que a matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida, não cabendo instrução probatória por meio de testemunhas.
- d) Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC.
- e) Em se tratando de execução provisória, não fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora.

46. Odin pretende mover ação trabalhista em face da sua empregadora Empresa Pública Delta S/A, por entender que o seu gerente cometeu ato ilícito que lhe feriu a honra e boa fama, postulando indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00, cumulada com pedido de pagamento de diferenças de comissões ajustadas no valor de R\$ 5.000,00. Segundo regras contidas em legislação própria quanto à competência territorial, a ação deve ser proposta na Vara

- a) do local onde foi celebrada a sua contratação.
- b) da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado.
- c) do foro de eleição previsto no contrato de trabalho firmado entre as partes.
- d) da Justiça Federal da Capital do Estado onde a ré tenha sede, por se tratar de empresa pública.
- e) do foro de celebração do contrato ou no foro de domicílio do gerente que lhe ofendeu, em razão de ser esse o principal pedido do autor.

47. A empresa X possui 3 empregados; a Empresa Y possui 7 empregados e a empresa Z possui 10 empregados. Em reclamação trabalhista relativa ao pagamento de horas extras laboradas, NÃO terá o ônus de provar as horas trabalhadas com a apresentação do controle de frequência

- a) a empresa Z, somente.
- b) a empresa X, somente.
- c) as empresas X e Y, somente.
- d) as empresas Y e Z, somente.
- e) as empresas X, Y e Z.

48. Com relação ao procedimento sumaríssimo, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) os dissídios individuais, cujo valor não exceda a 60 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- b) o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- c) estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.
- d) sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á a parte contrária em até 5 dias, a critério do juiz.
- e) em nenhuma hipótese admitir-se-á a realização de prova técnica, incumbindo ao juiz, quando sua realização for necessária, converter o rito para o procedimento ordinário.

49. No tocante às custas processuais, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) o pagamento das custas, sempre que houver acordo, caberá à Reclamada, pois deu causa ao processo.
- b) as custas serão, em qualquer caso, pagas pelo vencido, antes do trânsito em julgado da decisão.
- c) no processo de execução são devidas custas, de responsabilidade do executado ou do exequente, conforme o caso, sendo pagas após a liquidação de sentença.
- d) não sendo líquida a condenação, o juízo arbitrar-lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.
- e) apenas nos dissídios individuais, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, sem observância de importância mínima.

50. Para processar e julgar uma ação reclamatória trabalhista ou um dissídio coletivo, tanto o magistrado do trabalho como o desembargador do Tribunal Regional deverão reger-se pelas normas estabelecidas

- a) na Consolidação das Leis do Trabalho e, nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com essas normas.
- b) no Código de Processo Civil e, de forma subsidiária, por normas gerais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) na Constituição Federal e no direito processual comum, diante da ausência de regras específicas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) somente no Código Processual Civil, conforme o poder de direção geral do processo determinado aos Juízos e Tribunais do Trabalho.
- e) na Consolidação das Leis do Trabalho ou na Lei de Execuções Fiscais, ou ainda, no Código Processual Civil, cabendo a escolha às partes, conforme a situação, e de acordo com a fase processual.

51. A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe sobre a organização dos Poderes do Estado, com capítulo próprio sobre o Poder Judiciário. De acordo com tais normas, são órgãos da Justiça do Trabalho:

- a) Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.
- b) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais de Justiça e Varas do Trabalho.
- c) Supremo Tribunal Federal, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho.
- d) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho atuando em Varas do Trabalho.
- e) Supremo Tribunal do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal e Varas do Trabalho.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

52. Julgue os itens abaixo:

- I. As alterações subjetivas no contrato de trabalho, diferentemente do que se opera no Direito Civil, não são permitidas, já que resultariam necessariamente na extinção do contrato de trabalho.
- II. A reversão não é considerada alteração unilateral do contrato de trabalho, ou seja, é permitida a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, ainda que resulte em redução da respectiva remuneração.
- III. É lícita a determinação para que o empregado retorne à função anteriormente ocupada, hierarquicamente inferior, em decorrência de ilícito por ele praticado.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

53. Julgue os itens abaixo:

- I. As alterações do horário de trabalho do empregado, dentro da mesma jornada, são, em geral, lícitas. Nesse sentido, considera-se lícita a ampliação do intervalo de almoço de 1 hora para 2 horas, mesmo resultando que o empregado termine sua jornada uma hora depois do inicialmente praticado.
- II. Em decorrência do princípio da intangibilidade salarial, a legislação trabalhista veda qualquer espécie de redução do valor dos salários, inclusive a supressão do pagamento de adicionais.
- III. É permitido ao empregador determinar, unilateralmente, que o empregado passe a laborar em outro estabelecimento de sua empresa, dentro da mesma cidade, mesmo que seja mais distante de sua residência, desde que lhe assegure suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

54. Julgue os itens abaixo:

- I. Quando um empregado decide aderir a um Plano de Desligamento Voluntário (PDV), recebendo uma indenização por este motivo, não há que se falar em recebimento de aviso prévio, de saldo de salário ou de 13º salário proporcional.
- II. O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, regulamentado por meio da Lei 12.506/2011, somente é assegurado nas rescisões de contratos de trabalho celebrados a partir da publicação da referida Lei.
- III. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias em até dez dias contados a partir do término do contrato, admitindo-se ao analfabeto o pagamento rescisório apenas em dinheiro ou depósito bancário.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e III.
- b) I.
- c) III.
- d) II.
- e) nenhum dos itens.

55. Com relação à jornada, julgue os itens a seguir:

- I. Caso o empregado trabalhe oito horas seguidas sem intervalo, haverá a obrigatoriedade de remunerar, como hora extra, o intervalo de uma hora não concedido, mesmo que sua jornada não tenha extrapolado as oito horas diárias. Neste caso, o adicional pago em decorrência desta não concessão não tem natureza salarial.
- II. Suponha um empregado que trabalhe oito horas diárias e sejam concedidos apenas 50 minutos de intervalo intrajornada, em vez do total de uma hora. Nessa situação, segundo a CLT reformada, o empregador deve remunerar, como hora extra, uma hora diária, ou seja, a totalidade do intervalo que deveria ter sido concedido, embora tenha concedido 50 minutos.
- III. Para uma jornada de exatas quatro horas diárias de trabalho, deverá ser concedido intervalo de 15 minutos, sob pena de se remunerar o intervalo não concedido como hora extra, com natureza salarial.

A sequência correta é:

- a) EEE
- b) CCC
- c) ECC
- d) ECE
- e) CEE

56. Acerca dos casos especiais de jornada de trabalho, julgue os itens abaixo:

- I. O TST tem entendido que o trabalhador em atividade de digitação equipara-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia, razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 20 minutos, a cada 1h40min de trabalho consecutivo.
- II. O empregado que é submetido a trabalho contínuo em ambiente artificialmente frio, tem direito à pausa remunerada de 20 minutos, a cada 1h40min, mesmo que não labore em câmara frigorífica.
- III. No regime de revezamento, caso o empregador conceda corretamente o repouso semanal de 24 horas, ele é dispensado, naquele dia, de conceder o intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, já que o empregado já gozou do seu descanso em conformidade com as regras de saúde no trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) III.
- e) II e III.

57. Julgue os itens abaixo:

- I. O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- II. As horas extras laboradas em período noturno deverão ser remuneradas cumulativamente com o adicional noturno à razão de 20% e com o adicional de horas extras à razão de, pelo menos, 50%.
- III. O STF tem entendido que as gratificações habituais, inclusive a natalina, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) nenhum dos itens.

58. Julgue os itens abaixo acerca da gratificação natalina:

- I. Segundo tem entendido o TST, a gratificação por tempo de serviço integra o salário para todos os efeitos legais.
- II. A fração igual ou superior a 14 (quatorze) dias de trabalho será considerada como mês integral para fins de pagamento de gratificação natalina.
- III. A remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

59. Julgue os itens abaixo considerando a legislação e a jurisprudência:

- I. Embora a gratificação natalina deva ser adiantada, à razão de 50%, entre os meses de fevereiro a novembro de cada ano, o empregador não é obrigado a pagar o adiantamento a todos os empregados no mesmo mês.
- II. O comissionista, em geral, que fica sujeito a controle de horário, ao laborar em sobrejornada, deverá receber apenas o adicional de horas extraordinárias desta sobrejornada, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês.
- III. O cortador de cana comissionista que recebe salário por produção e trabalha em sobrejornada tem direito à percepção das horas extras e do adicional respectivo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) nenhum dos itens.

60. Julgue os itens abaixo em relação à proteção à maternidade:

- I. É garantida à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos, transferência de função, quando as condições de saúde a exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho.
- II. Segundo dispõe a CLT, caso tenha havido aborto, criminoso ou não, ao final da gestação de empregada gestante, não caberá licença-maternidade, embora a trabalhadora tenha direito a repouso semanal remunerado de duas semanas.
- III. Para amamentar o filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a empregada terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de uma hora cada um, sendo que, quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente. Além disso, tais horários dos descansos deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-RS-Técnico-Área-Administrativo-03-07>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>